2. Abordagem metodológicas

Sarah Escorel

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ESCOREL, S. Abordagem metodológicas. In: *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, pp. 83-101. ISBN: 978-85-7541-605-1. Available from: doi: [10.7476/9788575416051.0004](https://doi.org/10.7476/9788575416051.0004). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

DEFINIÇÃO DO CAMPO

Os moradores de rua foram escolhidos como grupo que permitiria dialogar com a realidade sócio-urbana do Rio de Janeiro sobre a configuração do fenômeno da exclusão social no Brasil contemporâneo. Pretende-se fazer uma etnografia da exclusão social, ou seja, uma análise, através das trajetórias de vida dos moradores de rua, dos processos que os conduziram e os mantêm nessa situação. Não é um estudo etnográfico *stricto sensu* da população de rua, com uma descrição de seu cotidiano, hábitos, costumes e normas de convivência, apesar de conter muitos desses elementos. O objetivo é tentar perceber nos trajetos percorridos a “estrutura da rede de metrô” que lhes é oferecida.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 1996)

Embora a categoria ‘exclusão social’ seja utilizada na análise de fenômenos contemporâneos brasileiros – como o crescimento da violência urbana –, o estudo das trajetórias de vida e das condições de sobrevivência dos moradores de rua apenas tangencia o contexto em que “a violência torna-se a mediação principal das relações sociais cotidianas” (Pinheiro, 1996).

O grupo de moradores de rua é uma pista para analisar a dinâmica social.

O deslocamento de ações e objetos, papéis sociais, ideologias e valores específicos de seus respectivos domínios de origem (‘casa’ e ‘rua’), são responsáveis pelas *pistas*, pelos ‘escândalos’, ‘cenas’, ‘dramas’ e ‘sujeira’,⁴³

⁴³ Mary Douglas coloca precisamente a idéia de sujeira como o objeto fora de lugar (Douglas, apud Da Matta, 1990).

já que promovem uma aguda consciência da natureza do objeto, das propriedades do seu domínio de origem e da adequação ou não de seu novo local. Longe dos domínios onde nasceram, são *pistas* e, como objetos realmente deslocados, são *símbolos*. Desse modo, o ritualizar, como o simbolizar, é fundamentalmente deslocar um objeto de lugar (...) e, a partir disso, tomar consciência de processos e esferas sociais básicos. (Da Matta, 1990)

Inicialmente pensou-se em trabalhar com as pessoas que sobreviviam do lixo. Em 1994, a divulgação dos dados sobre a fome no País⁴⁴ e as imagens de grupos de pessoas vasculhando o lixo do centro da cidade para buscar comida pareciam condensar a condição de miséria extrema, na qual, segundo a imprensa, seres humanos se confundiam com abutres e tornavam-se lixo humano. Esse grupo social parecia tornar visível a desumanização associada ao processo de exclusão social: tornados lixo deixavam de ser humanos. Uma delimitação possível do território de pesquisa seria o 'lixão'⁴⁵ de Gramacho, situado em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. Mas as relações sociais e econômicas estabelecidas entre os catadores do 'lixão' e sua participação, ainda que constituindo o elo mais frágil, em uma cadeia produtiva em franca expansão – a da indústria de reciclagem –, não permitiam caracterizar esse grupo como constituído por pessoas economicamente 'supérfluas e desnecessárias'.

Foi assim que decidi estabelecer como meu objeto de estudo as trajetórias de vida da população de rua, mesmo que alguns desses exercessem a atividade de 'catação' de lixo. De antemão preocupada com o possível equívoco de homogeneizar um grupo social a partir de uma configuração espacial – a rua – tinha como pressuposto que chegar a morar na rua era o ponto final de uma série de rupturas dos vínculos sociais – com o mundo do trabalho e com a esfera familiar – com consequências no âmbito da cidadania e da própria vida. Produto de processos variados, a condição de morador de rua expressava por si um estado permanente de desvinculação e um estatuto de excluído. Essa condição de vida foi considerada como uma “situação limite ou extrema” (Pollack, 1990). Queria conhecer na condição de exclusão, no resultado objetivo, os componentes dos movimentos subjacentes de desvinculação, os elementos dos processos excludentes.

⁴⁴ A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, articulada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), ao denunciar a situação de fome no País, questionar a ética prevalecente nas relações sociais e incitar uma reação de parte da sociedade civil, teve grande influência no recorte do objeto de pesquisa.

⁴⁵ O “lixão”, também denominado aterro metropolitano de Gramacho, está situado no município de Duque de Caxias (RJ), Baixada Fluminense. Foi criado em 1978 pela Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) para saneamento e tratamento do lixo coletado na região metropolitana do Rio de Janeiro (ver Souza, 1995).

O PANORAMA VISTO DA PONTE

Ao selecionar a população de rua como objeto de pesquisa, meu conhecimento a seu respeito era extremamente superficial e subjetivo, ou seja, constituído basicamente da minha observação dessas pessoas no meu transitar pela cidade e das emoções que vê-los me despertava – principalmente as crianças – andando sujos ou dormindo encolhidos. Considerando que o único livro a respeito do assunto era o publicado pela Secretaria de Bem-Estar Social do município de São Paulo (Sebes, 1992), estabeleci como estratégia de aproximação ao campo realizar um levantamento nos Centros de Documentação de ONGs mais conhecidas e atuantes. Entretanto, essas entidades concentravam-se na intervenção, denúncia e pesquisa sobre as crianças e os adolescentes que moravam e/ou trabalhavam nas ruas, existindo escasso material sobre a população de rua adulta e mendigos. No Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), localizei um dossiê composto por notícias de jornais sobre moradores de rua em todo o território nacional. Esse material foi utilizado para conhecer os dados e informações divulgados por órgãos governamentais sobre a quantidade e o perfil dos moradores de rua e para delimitar pontos de localização no espaço da cidade.

A aproximação do campo de estudo através das informações veiculadas pela imprensa foi cautelosa, para não compartilhar preconceitos e entrar no terreno contaminada por impressões parciais e episódicas que caracterizam a reportagem. “Entre a reportagem e a etnografia há uma diferença que vem antes do método e da teoria, uma diferença de atitude. Antes ou decorrente talvez dos exercícios metodológicos e das discussões teóricas” (Silva & Milito, 1995). Parte das estratégias de conhecimento de campo foi ver vídeos⁴⁶ sobre o assunto, ler livros⁴⁷ e trabalhos de pesquisa sobre as ruas e conversar com pesquisadores sobre a experiência de investigação no espaço das ruas, como a equipe do Centro Latino-Americano de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo

⁴⁶ *Uma Casa para Pelé*, de Walter Lima Júnior, os realizados por Sandra Werneck: *Damas da Noite*, *Guerra dos Meninos* e *Profissão: Criança*, bem como um programa de televisão, *25ª hora*, sobre população de rua de São Paulo, exibido pela TV Record em 1994.

⁴⁷ *Ironweed*, de William Kennedy; *A Alma Encantadora das Ruas*, de João do Rio; *Na Pele de um Intocável*, de Marc Boulet; *Cidade de Deus*, de Paulo Lins; *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, são alguns dos romances e contos sobre população de rua e marginalizados que li ou reli durante o processo de elaboração da tese. Com a experiência de campo era possível fazer uma análise crítica das narrativas literárias que sempre serviam como olhares diferenciados sobre um mesmo assunto. Além desses textos, Barbara Freitag, que reclamou um capítulo sobre a literatura porque esta introduz a “categoria da sensibilidade”, lembrou dos livros de Charles Dickens, do *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, de um texto de Walter Benjamin sobre o catador de lixo e de *Down and out in Paris and London*, de George Orwell, que foi durante um tempo um desempregado habitante das ruas e freqüentador dos albergues públicos.

Cruz⁴⁸ (Claves/Fiocruz) e Ana Lúcia Martins, autora de uma dissertação de mestrado, publicada em livro⁴⁹ sobre a população de rua a partir da questão habitacional no Rio de Janeiro.

Entre outubro de 1995 e janeiro de 1996 participei de duas experiências relacionadas com população de rua. Uma delas foi acompanhar o trabalho realizado por Yvonne Bezerra de Mello no Coqueirinho, comunidade estabelecida sob um viaduto da Linha Vermelha, no bairro de São Cristóvão. Meu objetivo era conviver com situações de pobreza extrema desconhecidas para mim, observar a experiência e a prática de Yvonne e pesquisar a constituição da comunidade. Ao todo foram mais de vinte idas ao Coqueirinho, mas minhas atividades restringiram-se ao convívio com as crianças na 'creche'. O contato com os adultos foi extremamente reduzido e mediado por Yvonne, cujas relações com a comunidade não eram isentas de conflitos. Os trechos de trajetórias de vida em situações de extrema pobreza, os pequenos 'pedaços' das histórias de desvinculação⁵⁰ que pude obter na experiência do Coqueirinho, relatados no diário de campo, não foram incorporados ao material empírico sobre moradores de rua porque não foi possível estabelecer uma relação de pesquisa com a população adulta, mas, também, por não integrar o perfil de interlocutor visado, visto tratar-se de uma comunidade estabelecida em via pública, com modo de vida sedentário em que prepondera uma organização de base familiar e de relações de vizinhança.

Da experiência na creche do Coqueirinho, a lembrança mais marcante foi presenciar a violência como linguagem. As crianças, freqüentemente, apareciam muito machucadas. Atropelamentos eram comuns, mas a violência doméstica era ainda mais freqüente. Entre si, na creche, também o mais corriqueiro era que cada palavra fosse intercalada com uma agressão física. A agressão verbal era o de menos. Puxavam-se os cabelos, batiam-se e às vezes embolavam-se. Uma das cozinheiras freqüentemente batia nos seus próprios filhos, um deles visivelmente com uma deficiência de desenvolvimento mental. Eu passava boa parte do tempo interrompendo a leitura de um livro ou a conversa para pedir que não batessem um no outro, que conversassem, mas no geral não era atendida. Desejava que aquele ambiente fosse um oásis frente à violência doméstica

⁴⁸ Participante da pesquisa sobre meninos e meninas de rua. Ver Minayo (org.) (1993).

⁴⁹ Ver Martins, A. L. (1993).

⁵⁰ Relatos de alcoolismo; brigas e violências; prostituição; roubos; ambiente geográfico com riscos e ocorrências de atropelamentos, quedas no valão e possibilidades de afogamento; 'arquitetura da indigência' — moradias pequenas feitas com 'retalhos' de materiais de construção, sem esgoto, água coletada em baldes do cano furado da Cedae; dificuldades das mulheres com filhos de saírem para trabalhar; contato e rejeição da escola pública próxima; pedidos — do chinelo à viagem; mães adolescentes; demonstrações de alegria e de indiferença das crianças frente às atividades da 'creche'; meus violentos discursos pacifistas; trabalho doméstico das crianças; crianças cansadas — ritmo de vida intenso e repouso improvável.

e da própria comunidade, onde brigas entre vizinhos e espancamento das mulheres pelos maridos eram comuns. Tentava me opor ao exercício cotidiano da violência não só reprimindo atitudes agressivas, como fazendo muito carinho, dando beijos, elogiando seus desenhos e a eles próprios quando vinham arrumados ou com enfeites. Quanto maior a frequência e quanto mais quente o dia naquele local sem ventilação, debaixo do concreto do viaduto e no meio do asfalto, mais brigas aconteciam.

A segunda experiência foi acompanhar, entre novembro e dezembro de 1995, o trabalho realizado pela Comunidade Evangélica de Jesus⁵¹ com a população de rua, principalmente de Botafogo. Participei de seis atividades do grupo – entre domingos e quintas-feiras, incluindo uma ida às ruas em uma quarta-feira à noite, e tive acesso ao fichário contendo informações sobre 244 moradores de rua, que permitiram traçar um perfil da população atendida pela entidade. Nessa experiência, ainda que breve, presenciei depoimentos e participei de conversas que, em conjunto com as fichas, forneceram material para a análise das trajetórias e condições de vida de alguns moradores de rua. Em nenhum momento pretendi avaliar as atividades da entidade, seja em relação ao trabalho realizado com a população de rua, seja em relação ao seu caráter religioso. Foi uma forma de ter acesso às informações sobre moradores de rua e entrar em contato direto com eles, ainda que em um espaço normatizado por uma entidade religiosa que não apenas acredita na existência de diabos, como também procura exorcizá-los através de rezas e pedidos a Jesus. Jovens de nível universitário, com uma visão crítica da dinâmica social do País, acreditam que os moradores de rua possam estar habitados por essas entidades maléficas, penetração que pode ter sido propiciada através de contato com outras religiões como a umbanda. Se a violência como linguagem comum e corrente entre e com as crianças foi o elemento de maior impacto na minha experiência no Coqueirinho, a violência do exorcismo foi o que mais me impressionou na Comunidade Evangélica de Jesus.

Pretendia evitar qualquer mediação institucional na obtenção dos depoimentos. Não queria iniciar meu trabalho a partir nem das instituições governamentais tradicionalmente responsáveis pela população de rua⁵² nem tampouco através de entidades assistenciais religiosas, filantrópicas, para não entrar no terreno contaminada por suas visões e abordagens do ‘problema’ ou dos ‘assistidos’. Ao evitar partir do campo institucional (órgãos públicos e entidades assistenciais privadas) para obter os depoimentos e analisar as trajetórias da

⁵¹ Agradeço a Otávio Cruz, professor do Departamento de Ciências Sociais (Ensp/Fiocruz), pelo contato realizado com a equipe da Comunidade Evangélica de Jesus.

⁵² Fundação Leão XIII, vinculada à Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, e secretarias municipais de Desenvolvimento Social e de Habitação.

população de rua, estava questionando a “hierarquia de credibilidade” (Becker, 1985) estabelecida na sociedade, a concentração de legitimidade nessas instituições para falar sobre o assunto específico ‘população de rua’. Na prática da pesquisa foi possível contornar a mediação das instituições governamentais, mas não foi possível evitar que a maior parte dos contatos e conversas tenham se realizado durante o desenvolvimento de atividades assistenciais.

VISITAS DEBAIXO DA PONTE

A rua como o espaço de pesquisa significava estabelecer contato e obter depoimentos em um território considerado senão perigoso, pelo menos imprevisível. A associação das ruas à violência, presente no imaginário social, foi reiterada por amigos e conhecidos que sabiam do meu tema de estudo. A ‘antena do medo’, a precaução contra riscos indesejáveis ou inesperados, esteve sempre ligada. Grupos de adolescentes drogados me inspiraram medo, assim como alguns seguranças particulares de edifícios do Centro da cidade, mas os moradores de rua adultos não. Porém, todas as conversas se desenrolavam nas ruas, locais extremamente barulhentos e “espaços, altamente conflituados, em estado de tensão permanente, pois neles se sobrepõem malhas heterogêneas de controle, [que] não constituem a morada receptiva do pesquisador” (Silva & Milito, 1995). Mesmo com o desenvolvimento da pesquisa e o convívio regular, a pesquisa no espaço das ruas sempre esteve envolvida por um sentimento que se não era de medo, era de insegurança, que precisava ser transposto como a um muro para que eu pudesse chegar naquele ‘outro mundo’ tão estranho e tão desconhecido, experiência compartilhada por outros pesquisadores do mesmo campo (PUC/RS, 1995; Girola, 1996).

Como meus interlocutores poderiam estar em qualquer parte ou em toda parte, defini como primeiro passo delimitar o território geográfico de estudo. A partir do levantamento realizado em jornais que identificavam pontos fixos de ‘instalações’ ou locais com maior concentração de população de rua, estabeleci seis trajetos de observação que incluíram o Centro da cidade e bairros da Zona Sul da cidade (Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema e Leblon). Percorrendo esses trajetos realizava uma identificação inicial das pessoas quanto à idade, sexo, observava as atividades exercidas, afazeres, pertences etc., e localizava pontos aos quais pudesse retornar ainda que não necessariamente esperasse encontrar as mesmas pessoas.

Os seis trajetos de observação, que englobavam um vasto território de pesquisa, foram percorridos e progressivamente delimitados: o centro da cida-

de, depois de uma terceira visita, foi retirado por ser um espaço geográfico extremamente vasto, complexo e densamente povoado. Durante os dias de semana não permitia uma boa observação pela movimentação intensa do local; de noite e nos fins-de-semana tornava-se perigoso. Os demais trajetos (Botafogo, Flamengo e Copacabana) foram percorridos em diferentes dias e horários para identificar modificações e persistências da presença de moradores de rua nos locais. Depois dessa série de visitas, o trajeto do Flamengo foi também eliminado porque o Aterro do Flamengo, onde a população de rua se concentra, lugar referido por vários moradores de rua como sendo o “ponto de chegada”, para onde se dirigiram quando “caíram na rua”, é excessivamente amplo, com muitos cantos e recantos sob árvores, que permitem durante o dia conviver com o lazer dos transeuntes, e de noite, sem iluminação, dificultam a observação e aumentam a insegurança.

Os ‘trajetos de observação’⁵³ exigiram fixar, treinar e aprimorar o olhar em pessoas e detalhes que eu queria conhecer, mas com quem tinha tido até então uma convivência urbana pautada pelo ‘evitar olhar’, ou não mostrar que percebeu a presença. Na pesquisa, pelo contrário, eu queria me tornar percebida e estabelecer um contato pessoal que me permitisse conhecer o seu presente e passado.

A singela exigência, expressa teórica e metodologicamente, de observar um objeto por um relativo espaço de tempo, por si só, e sem qualquer sofisticação metodológico-teórica, já implica um exercício de olhar, do compartilhar, do observar, que rechaçam e inibem a tirania das primeiras impressões, fonte primacial de todos os preconceitos (Silva & Milito, 1995).

Esse “exercício de olhar” dava dor de cabeça e apenas olhar não permitia ir muito além no conhecimento como tampouco propiciava alguma oportunidade de interação. A observação possibilitou mapear o terreno e selecionar espaços menores, ‘contabilizar’⁵⁴ possíveis moradores de rua e presenciar eventos, mas tinha os seus limites:

Muitas vezes é difícil distinguir na pessoa que está trabalhando em uma mudança ou enchendo com cimento um buraco na calçada, alguém que vai voltar para uma casa ou alguém que vai ficar por ali mesmo (...). É difícil afirmar que as pessoas observadas sejam efetivamente moradores

⁵³ Agradeço a Ernesto Aranha Andrade a companhia nos trajetos e os estímulos para superar o ‘muro’ e conseguir passar da observação para a interação.

⁵⁴ Comparando minhas anotações com as de Ernesto, num mesmo trajeto de observação em que não trocamos informações, elas coincidiram integralmente, ou seja, aqueles que ele considerou possíveis moradores de rua eu também achei que eram. As diferenças entre nossas observações eram sobre as idades presumidas das pessoas.

de rua (...). É difícil dizer qual é a idade das pessoas, mesmo os que assinalai como idosos por terem cabelos brancos, rugas e um andar curvado podem ser mais jovens do que suponho.⁵⁵

Pela aparência é difícil distinguir o pobre abrigado do desabrigado sozinho na rua. Os indícios de 'instalações' como colchões, sacolas, carrinhos e papelões são os únicos sinais objetivos da moradia nas ruas. Passei por um grupo de cerca de seis adolescentes, por volta dos 12 a 14 anos, vestidos de *shorts* e camisetas, que tanto poderia ser um grupo da rua como adolescentes com casa em direção à praia, em um domingo de manhã. A aparência, a roupa que estão usando, o aspecto precário, a magreza, me pareceram similares.⁵⁶

Ao mesmo tempo: "no meio de um movimento intenso de pessoas, na rua Voluntários da Pátria às seis horas da tarde, um casal de adolescentes desperta a atenção. Sua aparência e a colcha que carregam fazem supor que moram nas ruas".⁵⁷

O espaço geográfico da pesquisa foi limitado aos trajetos de Botafogo e Copacabana, com o objetivo de conseguir passar da observação para o contato, a interação que permitiria obter suas histórias de vida. O recorte do território, a condensação das possibilidades iniciais em dois bairros da zona sul da cidade, foi uma construção⁵⁸ de 'mapas' que fornecessem o prumo, orientassem o rumo da pesquisa.

O interesse inicial era entrevistar grupos familiares para verificar em que medida as ruas passavam a ser habitadas por famílias de trabalhadores pobres que, desabrigados por motivos variados, mantinham nesse espaço inóspito os elo familiares, em contraposição aos moradores de rua cujo ponto de partida da trajetória de exclusão estava constituído pela desagregação familiar. As famílias moradoras de rua são consideradas na literatura sobre o assunto como expressão de uma modalidade contemporânea de exclusão social provocada fundamentalmente pela expulsão do mercado de trabalho. Nos trajetos de observação iniciais verifiquei a presença de grupos familiares, parcela francamente minoritária no conjunto da população de rua, mas, excetuando-se a família matrifocal de Vanda e seus três filhos, não foi possível incluir no universo da pesquisa depoimentos familiares.

Queria conversar com adultos, queria conhecer a trajetória de vida de homens e mulheres que viviam nas ruas, pessoas que estavam sozinhas, andando em duplas ou agrupadas através da formação de novas ligações afetivas estabelecidas na pró-

⁵⁵ Diário de campo, Centro, domingo, 20/11/94.

⁵⁶ Diário de campo, Botafogo, domingo, 12/1/97.

⁵⁷ Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 25/2/97.

⁵⁸ Agradeço a orientação da professora Ana Quiroga Fausto Neto e o 'companheirismo temático' de Rosângela Faria Rangel na construção desse mapa.

pria rua. Pessoas alcoolizadas ou com grau acentuado de degradação física e mental (no perfil institucional estimado em 30% da população de rua) foram evitadas por considerar que a interlocução seria difícil e problemática. Entrei em contato com crianças e adolescentes mas não entrei nos seus espaços⁵⁹ nem procurei conhecer suas formas de sobrevivência. Tinha medo de ‘mergulhar’ nesse mundo.⁶⁰

O objetivo era que nossa comunicação se realizasse em um clima de confiança ou, pelo menos, sem estabelecer de antemão preconceitos e desconfianças em relação às minhas intenções. Um horário para conversar e obter um contato mais próximo seria de noite, quando os moradores de rua tendem a agrupar-se, realizam suas atividades sociais e se fixam para dormir. Mas as grandes desvantagens do horário noturno – a embriaguez dos interlocutores e a insegurança – preponderaram. Tampouco adiantava chegar de manhã bem cedo, pois até 8h ou 9h da manhã, segundo o local, eles ainda estavam dormindo. Como uma das formas para me fazer perceber e reconhecer, além de passar frente a eles várias vezes e tentar cumprimentá-los, adotei um uniforme de trabalho que se adequasse ao espaço de realização da investigação e que evitasse uma associação imediata com a ‘assistente social da Fundação Leão XIII’ (estereótipo da assistência social construído pelos moradores de rua) ou com a missão precursora de uma operação de recolhimento. Nem por isso deixei de ser tomada como tal por alguns dos meus interlocutores.

O contato com os moradores de rua foi extremamente cauteloso. Buscava não invadir sem permissão sua privacidade e estava atenta ao “ritmo do outro, para não comprometer a qualidade da relação estabelecida, até mesmo inviabilizando o diálogo” (PUC/RS, 1995). Apresentava-me como pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz realizando uma pesquisa (escrevendo um livro) sobre pessoas que moravam e trabalhavam nas ruas. Procurava assegurar a meu interlocutor que não faria uso das informações de nenhuma forma que pudesse prejudicá-lo. Supunha encontrar um ‘imaginário social’ em que a Fiocruz seria conhecida e reconhecida positivamente, legitimando meu trabalho. Mas poucos dos entrevistados conheciam a instituição, outros, só de mencionar a palavra ‘fundação’, associavam imediatamente à Fundação Leão XIII e às perspectivas de recolhimento, e, pior, o crachá institucional, com suas faixas verde e amarela cruzando a identificação, levantou a suspeita em alguns de que eu era uma policial.

A interação. Tempo, paciência e as visitas regulares seriam as estratégias indicadas para obter histórias de vida mais densas de cada interlocutor, possibi-

⁵⁹ “Os meninos a exibirem uma iconografia típica, primos não muito distantes de Oliver Twist, Nicholas Nickleby, Tom Sawyer, Huckleberry Finn – os cobertores de lã e roupas compridas dos pequeninos; estilos que contrastam e se tornam tão específicos, até na indumentária, que permitem cingir áreas de pesquisas” (Silva & Mito, 1995).

⁶⁰ “O menino – esse singular paradoxo. Quem é, ele diz, quando diz, a custa de muita atenção, de um se debruçar sobre ele, dias e dias de compromissos assumidos. Riscos do mergulho afetivo, apaixonado, sem mapa e sem bússola, do educador” (Silva & Mito, 1995).

litando que emergissem trajetórias singulares no interior da 'vala comum' da homogeneização do grupo social. O nomadismo dos personagens, as dificuldades de estabelecer conversas durante períodos muito longos – seja por que eles tinham seus afazeres, seja porque no início optei por não gravar e não escrever durante as conversas para diminuir as interferências em seus relatos –, a premência do tempo para elaboração do trabalho, a ausência de uma equipe de pesquisa, foram obstáculos à obtenção integral de meus objetivos.

Os moradores de rua, assim como os demais 'grupos desviantes', apresentam

diferentes tipos de proteção contra estrangeiros ao grupo como o silêncio, o segredo e a dissimulação. Encontrá-los, persuadi-los a discutir seu desvio e conquistar sua confiança demanda tempo. Além disso a observação direta, no seu habitat natural, enquanto vagueiam em suas atividades ordinárias, pode significar penetrar em zonas desconhecidas e eventualmente perigosas. Não é fácil estudar estrangeiros para a sociedade sendo considerado estrangeiro pelo grupo. (Becker, 1985)

O estudo de Becker que define o desvio como produto do processo de interação forneceu as pistas para desconcentrar o interesse nas causas ou motivos que teriam conduzido o indivíduo a morar nas ruas e enfatizar a abordagem dos processos de fragilização e ruptura dos vínculos nos âmbitos da vida em sociedade. Também teve influência significativa na minha relação de pesquisadora com os entrevistados e "na sistematização do procedimento pelo qual se passa da percepção do detalhe etnográfico para a de conceitos úteis para abordar os problemas de nossa pesquisa" (Becker, 1985).

Entretanto, mesmo adotando o ponto de vista dos moradores de rua, "interesse conhecer e compreender o processo de interpretação através do qual [esse grupo] constrói suas ações". Não foi possível considerar os "comportamentos desviantes" da população de rua como "outra forma qualquer de comportamento que alguns desaprovam e outros apreciam, estudando o processo através do qual as duas perspectivas se constituem e se perpetuam" (Becker, 1985). A situação de sofrimento, de depauperação física e mental, as carências e dificuldades de sobrevivência observáveis na população de rua mobilizaram a subjetividade da pesquisadora; como considerar a resolução das necessidades básicas vitais em público como 'outro comportamento qualquer'?⁶¹

⁶¹ "Hoje, ao acordar, a vontade era de não ir a Copacabana para continuar conversando com Vanda e Márcia. Fiquei muito sensibilizada com o depoimento de ontem, principalmente com Douglas (filho de Vanda, 5 anos). Sua infantilidade surpreendente frente ao corpo robusto e, principalmente, o fato de estar pedindo dinheiro aos transeuntes e motoristas enquanto a mãe estava sob os coqueiros, me levaram a uma crise por estar diante da exploração infantil e consciente de minha impotência no equacionamento desta situação. Digitar o relato da visita foi custoso, avançando na tarefa com muitos intervalos. Mas preparei uma sacola com camisetas e fui encontrar com Ernesto". Diário de campo, Copacabana, domingo, 13/4/97.

Compartilhei assim com outros pesquisadores sobre a população de rua as dificuldades que devem ser superadas para o estabelecimento de um diálogo. Essas dificuldades foram causadas “pelo meio e pelos sentimentos que algumas situações provocam”. Aconteceram também “bloqueios internos – inseguranças, medos, preconceitos, sentimentos de impotência frente à situação, para poder apreender esse sujeito pesquisado como totalidade” (PUC/RS, 1995). Esse “equilíbrio sutil entre distanciamento e envolvimento” que caracteriza o relacionamento do pesquisador com seu sujeito de estudo teve que ser obtido através de crises e reformulações das estratégias de pesquisa.

Incorporei os sentimentos e as emoções como uma ‘fonte de informação’ indispensável em uma abordagem reflexiva, como advoga Claudia Girola. Entre o objetivismo extremo que tenta anular qualquer sentimento e o subjetivismo que rejeita o olhar científico como impermeável ao sofrimento humano, a autora considera que

o pesquisador acede ao conhecimento não porque ele se coloca em relação de exterioridade ou ao contrário, em simbiose com aquilo que quer conhecer, mas porque se engaja em uma relação ativa com aquilo que se propôs a conhecer. É somente reconhecendo a complexidade e a reflexividade desses diferentes processos que o pesquisador se dá os meios de quebrar as imagens preconcebidas e os relatos estereotipados e de estabelecer um espaço de significações compartilhadas. Este imperativo metodológico parece-me ainda mais se impor, na medida em que se pesquisa sobre pessoas que estão legitimamente à procura de um reconhecimento de sua singularidade no interior de uma história social. (Girola, 1996)

Pensei em evitar a mediação das entidades assistenciais religiosas, mas muitos dos contatos foram estabelecidos em Copacabana, na praça Serzedelo Corrêa, durante a distribuição de sopa no horário do jantar pela equipe do ‘Seu’ Paulo e através da participação em atividades realizadas pelos Pequeninos de Jesus⁶² em Botafogo. Procurei os responsáveis pelas atividades para obter permissão de observar, mas não participei das atividades assistenciais em si. Conversava com os assistentes e, à medida que o contato progredia, identificava meus propósitos de pesquisa e perguntava se gostaria de me dar um depoimento preferencialmente fora do local.

Não se pretendeu analisar o trabalho institucional realizado com a população de rua, porém não se pode pensar a sobrevivência física do morador de rua sem a participação das entidades assistenciais. É possível redigir um capítulo à parte sobre as entidades com que entrei em contato, as filosofias de trabalho, as

⁶² Os Pequeninos de Jesus são uma entidade assistencial com 15 anos de existência (em 1997), vinculada à Renovação Carismática Católica de Copacabana. Sediada em Botafogo, a entidade tradicionalmente distribui café da manhã durante a semana, exclusivamente para homens.

reações dos membros permanentes das equipes assistenciais à minha presença, a observação de um trabalho religioso, humanitário e intuitivo (situado mais no campo da experiência do que no de conhecimento específico sobre a população com que se está lidando), em que 'fazer o bem sem olhar para quem' acentua a despersonalização do morador de rua assistido.

Estabeleci contato com moradores de rua em duas áreas geográficas. Em Botafogo, a 'instalação' de Solange e agregados, incluindo Rodrigo, os catadores da rua Sorocaba (Chicão, André, Manuel e Dalton) e os frequentadores dos Pequeninos de Jesus (Miguel, Cícero, Araújo e outros). Em Copacabana, entrei em contato com Manuel, Luiz Augusto, Ronei, Vanda e seus três filhos, Márcia e outros. Miguel me levou até Marcelo.

Nos contatos e conversas não buscava negar a diferença entre nós através de uma falsa naturalidade de convivência. Não havia nada de 'normal', para aquele homem ou mulher, no fato de eu o abordar para conversar porque desejava escrever um livro sobre moradores de rua. "Mesmo no espaço anônimo da rua não podemos impedir que a relação que se instala entre o pesquisador e aqueles que estuda tenha de imediato algo de profundamente assimétrico" (Girola, 1996). A 'falsa naturalidade de convivência', que buscasse escamotear uma diferença irreduzível, teria interferências negativas no processo de abordagem e coleta de depoimento, induzindo respostas ou reiterando a trajetória *a priori* imaginada. "O diálogo não pode se fundar em uma simbiose"⁶³ (Silva & Milito, 1995).

Antes de iniciar o trabalho de campo, conversei com várias pessoas sobre a troca material com os moradores de rua entrevistados. Deveria retribuir de alguma forma as informações obtidas, já que se tratava de interlocutores com precárias condições de vida? As sugestões foram de evitar dar dinheiro e retribuir com comida, tíquete-refeição, roupas e brinquedos para as crianças. Comecei a realizar as visitas e os contatos sem levar nada para dar, e fui atendendo às solicitações (possíveis de atender) à medida que foram feitas. Minha primeira experiência nesse sentido foi ao aguardar uma atividade da Comunidade Evangélica de Jesus que não se realizou, em um domingo de manhã. Um grupo de adolescentes, incluindo um casal e seu bebê, aguardava para tomar café no local. Passado um certo tempo, decidiram ir embora, e um dos rapazes me pediu um trocado para tomar café. Dei dois reais, dizendo que eu não tinha muito dinheiro. Ele reclamou: "dois reais, que que a gente faz com dois reais, porra?!"⁶⁴. Na semana seguinte, Joyce, que estava no

⁶³ "Alguns educadores chegam a falar correntemente o 'meninês'. O orgulho de partilhar do universo simbólico do menino às vezes infantiliza o educador. Rendido às exigências de seu universo, mimetiza e inviabiliza a possibilidade de diálogo, que não pode se fundar na simbiose, mas sempre na instauração da diferença" (Silva & Milito, 1995).

⁶⁴ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 5/11/95.

grupo, me disse que o dinheiro tinha sido “muito bom”, que tinha dado para comprar refrigerante e pão.⁶⁵ Cigarro foi uma ‘moeda corrente’ de retribuição; inclusive, alguns pedidos de cigarro redundaram em conversas que foram retomadas, com novos cigarros, em dias seguintes. Levei agasalhos para Miguel e Cícero; camisetas e *shorts* para Vanda e seus três filhos; comprei para Chicão um livro em uma banca de jornal para ver se conseguia me aproximar mais dele (não consegui); dei dinheiro para tomar café a Rodrigo, a Miguel (mais de uma vez) e a Cícero; dei o dinheiro da passagem de ônibus para Joyce e para Manuel. Em nenhuma das vezes minha ‘retribuição’ foi usada como exigência para a conversa ou o contato. Muitas vezes a solicitação aparecia após a segunda ou terceira conversa e, em geral, era realizada quando estávamos encerrando o encontro.

Elaborei um roteiro de entrevista como guia de orientação das conversas ao redor das dimensões que buscava conhecer, mas sequer consultava o papel durante os encontros. Considerei que não gravar e não tomar notas nas conversas iniciais ajudaria a superar os bloqueios da comunicação; pensei que através de uma conversa mais informal seria possível ir sabendo do dia a dia, conversando sobre o cotidiano e perguntando sobre o passado. Quando conseguia passar da conversa de contato para a obtenção de um depoimento consentido, consultava o entrevistado a respeito da gravação, que foi permitida por poucos. Tomei esses cuidados para não despertar desconfianças e facilitar a interação, mas, tendo me apresentado como alguém que pretendia escrever um livro, os catadores da rua Sorocaba desconfiaram das minhas reais intenções justamente porque eu não levava gravador nem tomava notas.

Procurava conversar com cada um de maneira isolada, embora várias vezes as conversas tenham ocorrido entre duplas, trios ou grupos maiores. Nessas circunstâncias (entre Miguel e Cícero, nos grupos de quarta-feira à tarde nos Pequeninos de Jesus, em certas situações na praça Serzedelo Corrêa, na conversa entre Vanda e Márcia na praia de Copacabana, com Solange junto de sua ‘instalação’ e com catadores da rua Sorocaba) apareciam os que monopolizavam a palavra, os que falavam ao mesmo tempo, os que discutiam entre si, impedindo perceber e ouvir tudo o que estava sendo dito e feito. Os depoimentos foram obtidos através de no mínimo dois encontros, que ocorreram na rua, com os interlocutores sentados em bancos, nas calçadas ou em pé, encostados em automóveis. O barulho de fundo na gravação é uma prova da dificuldade de escutar e entender o entrevistado. Encontrei meus interlocutores várias vezes para obter depoimentos, tirar dúvidas, conferir anotações e refazer cronologias. Com alguns convivi um período maior de tempo, pois voltava a encontrá-los mesmo com as mudanças de trajetos que foram ocorrendo ao longo da pesquisa.

⁶⁵ Diário de campo, Comunidade Evangélica de Jesus, domingo, 12/11/95.

A reação dos moradores de rua à minha presença e ao meu interesse em conhecer suas histórias de vida foi diversificada – da rejeição pura e simples de qualquer contato até um diálogo aparentemente franco e espontâneo, passando por ‘jogar conversa fora’, ou seja, ‘trocar idéias’, falar de qualquer assunto que resultasse em conversa sem comprometer-se, sem revelar detalhes, sem deixar penetrar nem na sua intimidade nem no seu passado. Pelo jeito de ser do interlocutor, por empatia, por gostar de falar da vida, ou outra razão que não consegui decifrar, alguns começavam a responder a minhas perguntas e a narrar fatos sem grandes necessidades de explicações sobre o objetivo da entrevista ou o uso que eu faria das informações. Outros viravam as costas e se afastavam. Assim, obtive depoimentos que variaram de extensão e profundidade.

A proposta era conseguir estabelecer um diálogo com os pesquisados, entender o que estava sendo dito e decodificar o conteúdo desse diálogo. Lidar com a memória, o que se lembra e como se lembra. O interlocutor lembra negando, diminuindo a importância ou exagerando? É um processo de “gestão da memória e da identidade” (Pollack, 1990).

“Não tenho nada para contar” e “vai entrevistar fulano” era o que mais me dizia Chicão, o líder do grupo dos catadores da rua Sorocaba, em Botafogo, com quem a desconfiança foi insuperável: “lúcido e coerente, fala muito pouco e bem baixo. Ele mede toda e qualquer resposta. As respostas dele não dão margem a continuar a conversa. É aquilo e pronto, não tem mais nada para contar”.⁶⁶ Vanda também me disse que era melhor que eu conversasse com Márcia, que Márcia falava melhor, que ela não tinha nada a me dizer sobre a vida dela, que era “daquele jeito” – movimentava os braços mostrando a paisagem da praia de Copacabana. Conversou comigo naquele sábado, mas uma semana depois não queria mais falar: “toda informação é arrancada a saca-rolha, responde por monossílabos”.⁶⁷ Dalton diz que “não vai falar nada, que sou da polícia”.⁶⁸ Três dias depois, “diz que não quer falar nada e que ‘o pessoal de lá [da Sorocaba] está supercabreiro com a senhora, e, olha, lá tem pessoas ruins.”⁶⁹

Mesmo quando tinha uma boa receptividade e a série de encontros e conversas gerava uma interação positiva para a pesquisa, sempre estava subjacente a dúvida sobre a veracidade da narrativa. Os moradores de rua, como indicam outros pesquisadores, têm “falas prontas (espécie de *prêt-à-porter* semântico), segundo o freguês, o otário, o compadecido, o turista, enfim, os potenciais interlocutores ainda não de todo refratários ao seu contato e mínima convivência” (Silva & Milito, 1995). A mentira, a ficção, a façanha, a dissimulação, as

⁶⁶ Diário de campo, Botafogo, terça-feira, 4/3/97.

⁶⁷ Diário de campo, Copacabana, sábados, 12 e 19/4/97.

⁶⁸ Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

⁶⁹ Diário de campo, Botafogo, quarta-feira, 12/3/97.

abstrações e racionalizações se confundem em um discurso de difícil interpretação. A comprovação da veracidade dos fatos narrados era impossível. O conhecimento e a intuição permitiam no máximo aceitar ou não a verossimilhança da narrativa, ou seja, parecia verdade, era plausível, aceitável.

A tentativa de ultrapassar essas 'falas prontas', de buscar mais detalhes de certos episódios, podia atingir um 'ponto crítico' – um assunto sobre o qual o entrevistado não queira conversar. Essas áreas que os entrevistados queriam vedar ao meu conhecimento eram 'pistas' para a análise da veracidade das narrativas. Mas as informações obtidas não podem ser colocadas em questão segundo sua veracidade, na medida em que

o avesso é parte integrante do tecido de relações e ações objetivas (...). O convívio minucioso com os entrevistados faz com que se tente chegar não à verdade, mas a um repertório mais amplo de mentiras que permitam, ao menos, a compreensão dos mecanismos de fabulação ali imperantes, o entendimento das fantasias, dos disfarces e das pistas falsas. (Silva & Milito, 1995)

O clima das ruas é de incerteza e a desconfiança é um dos suportes básicos das interações nesse espaço:

*as pessoas na rua elas nunca, maiormente assim, um maloqueiro nunca conta a história realmente como que é, ninguém fala pro outro. No começo é assim, só quando tu tem muita confiança com as pessoas, quando tu vai, faz uma amizade realmente muito forte que aí tu vai se soltar, tu conta tua família, tu conta teus problemas.*⁷⁰

Chicão me diz que: “na rua ninguém fala nada, não escuta nada, não vê nada.”⁷¹

A questão do diálogo em tal contexto impõe singulares problemas de decodificação. Não só pelas dificuldades impostas pela mentira, a invenção, a ficção praticada sobre o comezinho, a imaturidade, a incompetência lingüística, mas também porque na decodificação do diálogo integra o contexto de interpretação a figura de um interlocutor que pesquisa e se apresenta interessado em conhecer. Ora, em certas situações, em tais tipos de universos urbanos, a única possibilidade frutífera de colher dados deriva da demonstração de desinteresse em obtê-los. Perguntar muito, demonstrar curiosidade, pode inviabilizar inteiramente a tarefa de campo. A curiosidade é traço que, infelizmente, os pesquisadores compartilham com policiais, alcagüetes e eventuais membros de redes rivais de controle. (Silva & Milito, 1995)

⁷⁰ Diário de campo, Botafogo, Miguel, segunda-feira, 14/4/97.

⁷¹ Diário de campo, Botafogo, domingo, 9/3/97.

Os discursos de alguns moradores de rua eram integralmente coerentes, com narrativas articuladas e competências lingüísticas que facilitavam a apreensão de suas trajetórias de vida. Entretanto, outros moradores de rua (e com maior frequência) apresentavam discursos fragmentados, por vezes desconexos, intermitentes, com silêncios constrangedores, exigindo um trabalho de garimpagem das informações. Estava presente uma certa ‘incompetência lingüística’, em um vocabulário restrito à manifestação de diversos sentimentos com as mesmas palavras e expressões. A forma de falar, balbuciando as palavras, um tom baixo de voz ou uma fala muito rápida dificultavam minha compreensão do que estava sendo dito. Às vezes não entendia o que me parecia ser uma gíria da rua. Dificuldades existiam também quando eu entendia tudo o que era dito mas o diálogo estava construído de uma forma que me parecia incoerente; eu não conseguia juntar os pedaços. “Todo o trabalho [do pesquisador] é o de um restaurador que não conta com todas as peças do objeto quebrado e é levado a intuir reentrâncias, saliências, a partir de outras experiências, outros campos” (Silva & Milito, 1995).

Para obtenção das informações foi utilizado um conjunto de técnicas: memorização do conteúdo da conversa com registro escrito logo após o encerramento do encontro, notas durante o depoimento, gravação de entrevistas, transcritas posteriormente, além da redação do diário de campo. Essas técnicas permitiram conhecer as trajetórias de vida dos meus interlocutores nas dimensões assinaladas no roteiro de pesquisa, mas não configuraram a obtenção de ‘histórias de vida’. Devido às circunstâncias variadas não foi possível obter dos moradores de rua um “relato sobre a sua existência através do tempo, em que o entrevistado detém o fio condutor” (Queiroz, 1991; Rigotto, 1998). O diálogo só podia ser obtido às custas da minha interferência sistemática e mesmo que eu não dirigisse a conversa, deixando os assuntos se encadearem por si, minha atuação como pesquisadora aponta para a obtenção de depoimentos (Queiroz, 1991; Rigotto, 1998).

O percurso empírico e as reflexões sobre o processo de encontro e diálogo com moradores de rua franceses pesquisados por Girola indicaram os procedimentos metodológicos para a obtenção de histórias de vida com densidade, que superassem não apenas as ‘falas prontas’ mas também as ‘histórias ocas’. No processo de obtenção da narrativa, a pesquisadora inicialmente recebeu um relato que denominou “a história das perdas” ou “a história da catástrofe”. Uma história sucinta de suas vidas quase sempre estruturada da mesma maneira: perda do trabalho, divórcio, perda da moradia, o álcool, a rua. A história começava sempre pelo *grande acontecimento*, o dia em que tudo desmoronou e o elemento comum

era sempre a perda, o abandono, o homem 'sem'. No entender da autora, esse discurso (co-produzido pelos interventores sociais) mostrava o conformismo dos moradores de rua às imagens e histórias pré-construídas dos SDF – “*sans domicile fixe*”.

Deslocando-se com seus sujeitos de pesquisa pelo espaço urbano e observando a utilização dos recursos disponíveis de maneira lógica e racional, Girola encontrou uma segunda narrativa, quando as pessoas passavam da história de perdas para uma outra em que eles falavam de seus esforços para sobreviver. Era uma história de vida 'adaptativa', ao mesmo tempo valorizada e valorizante, que se expressava sobretudo na capacidade de encontrar soluções de sobrevivência dentro de situações extremas – eles se autodenominavam expertos no 'saber da rua'. Apresentavam-se como pessoas sem-teto, *experts* em rua, que não poderiam ser reduzidas à imagem do 'mendigo'. Entretanto, apesar desse processo de revalorização, essas pessoas continuavam a se apresentar como homens sós que fizeram tábua rasa de seu passado e não têm necessidade dos outros para conduzir sua vida cotidiana. Foi andando e sentando com eles, vendo a cidade 'a partir de baixo' e se comportando como 'boa antropóloga' que a pesquisadora conseguiu preencher a história adaptativa com signos identitários, com uma história afetiva e pessoal que ligava os interlocutores aos seus territórios de vida e sobrevivência, e que dava todos os sentidos às suas existências e os enraizavam. Dessa forma, conseguiu ultrapassar o “relato mítico da catástrofe” fazendo emergir um relato de pertencimento no qual a origem da história da pessoa sem-teto não se fixava mais a partir da situação de perda (Girola, 1996).

No caso de minha pesquisa com moradores de rua os objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos adotados não ultrapassaram a história adaptativa. A orientação na obtenção dos depoimentos era no sentido de identificar trajetórias – como eram antes e como são agora – no trabalho? na família? na utilização de serviços públicos? na rua? Foi possível observar características relatadas por outras pesquisas sobre os grupos (como o caráter efêmero e transitório de sua composição), mas não se tinha a pretensão de estudar os moradores de rua caracterizando um “gênero de vida que lhes é próprio” (Becker, 1985). A alteridade positiva pode ser reconhecida nos 'talentos' – o 'dom da palavra', a capacidade de ler, de lidar com instalações elétricas, de construir maquetes, de fazer artesanato – que substituem as falhas ou fracassos das histórias de perdas.

Mas não vi “o mundo a partir de baixo”, não convivi de forma íntima nem participei tão intensamente de seus cotidianos, o que significaria viver com eles, andar com eles, pedir com eles, me embriagar com eles.

RECONSTITUINDO O CAMPO

O material obtido na pesquisa de campo em forma de depoimentos, entrevistas e registros de diálogos e observações foi trabalhado a partir do agrupamento das informações por temas ou assuntos relacionados às dimensões sociais nas quais se buscava conhecer os processos de vinculação/desvinculação. Nem todo o material de campo foi utilizado na análise, particularmente a abordagem empírica das “consequências da etiquetagem” (Becker, 1985). “Identidade & estigma” era o título do capítulo no qual analisaria esse eixo de grande relevância no estudo do fenômeno da exclusão social, mas que teve que ser adiado.

A partir das trajetórias individuais, procurei retratar o contexto social em que se processavam. Tendo como referências empíricas as condições de existência humana nas ruas, foi na articulação da estrutura social com o cotidiano de vida, entre as condições de possibilidade de inserção social e a efetividade dos vínculos, que busquei abordar a exclusão social como uma existência social integrada por dimensões da experiência social. Por isso, a análise das informações apresentadas nos três capítulos seguintes parte do morador de rua para pensar a dinâmica social em cada dimensão de sua existência: família, trabalho e rua.

Na análise das informações recorri com insistência a outras pesquisas sobre moradores de rua. Isso foi feito, porém, sem nenhum intuito comparativo, posto que tinham sido realizadas com metodologias diferentes, em cidades e anos diversos.⁷² O acesso aos dados e informações de outras investigações possibilitou caracterizar melhor as trajetórias com potencialidades de desvinculação no interior de cada dimensão, considerando-se a diversidade de manifestações que cada espaço urbano oferecia. Por sua vez, os condicionamentos impostos pelo espaço urbano (tão característico em Brasília) se manifestaram em especificidades que diferenciaram entre si as populações de rua urbanas.

Cada capítulo apresenta as informações e as referências teóricas que as análises das trajetórias solicitaram. Assim, cada dimensão possui o seu próprio conjunto de categorias, exigindo uma abordagem própria. O tema da exclusão social é ‘bom para se pensar’ e envolve diversos ‘olhares’ espalhados por disciplinas específicas. “Quanto mais importante é um problema, mais complexas são as causas; e quando as causas são muitas, maior é a necessidade de um *approach* interdisciplinar” (Dogan, 1996). O fenômeno da exclusão social exige para sua compreensão que seja atravessado por várias disciplinas (transespecialidade) ou olhado por múltiplos ângulos (poliespecialidade). A aná-

⁷² Pesquisas realizadas na cidade de São Paulo (Flora, 1987; Sebes, 1992; Datafolha, 1995, 1997), Porto Alegre (PUC/RS, 1995; Magni, 1994, 1995, 1997), Brasília (Sdsac/DF, 1995; Bursztyn & Araújo, 1997) e Rio de Janeiro (dados quantitativos: FLXIII, 1991 e levantamento em jornais; análises qualitativas: Neves, 1983, 1995; Martins, A. L., 1993; Minayo (org.), 1993; Rangel, 1996).

lise do tema envolve situar-se na “complexa rede de campos híbridos que combinam segmentos de disciplinas, que recombina fragmentos de especialidades monodisciplinares, exigindo conceitos que surgem nas interfaces, nos interstícios das disciplinas” (Dogan, 1996).

Na compreensão do fenômeno da exclusão social, que se manifesta de maneira polifacética mas apresenta uma unidade que o caracteriza como existência social específica (de exclusão), não busco estabelecer causalidades e determinações; prefiro, orientada por Arendt, considerar que

a causalidade, isto é, o fator de determinação de um processo de acontecimentos no qual um acontecimento sempre causa e pode ser explicado por outro, é provavelmente uma categoria inteiramente estranha e falsificadora no reino das ciências históricas e políticas. Os elementos, por si mesmos, provavelmente nunca causam nada. Tornam-se origens de acontecimentos se e quando se cristalizam em formas fixas e definidas. Então, e apenas então, podemos retrair a sua história. O acontecimento ilumina seu próprio passado mas nunca pode ser deduzido do mesmo. (Young-Bruehl, 1997)

Analisando essas cristalizações nas trajetórias de vida dos moradores de rua, busca-se uma abordagem transversal e qualitativa, compreensiva mais que quantitativa. O que elas têm em comum? “Experimentam uma maneira particular de dissociação do vínculo social, que denomino desvinculação” (Castel, 1991).